

DEMANDAS POPULARES PELA EDUCAÇÃO NA PRIMEIRA REPÚBLICA: ASPECTOS DA MODERNIDADE BRASILEIRA*

*Rosa Fátima de Souza***

O que assistimos neste início dos anos 90 é, mais uma vez, a atualização de um discurso que persegue o imaginário social e político brasileiro, ou seja, a alucinação pela modernidade - a razão ideológica catalizada no desejo de tornar o país uma grande potência, elevando-o aos padrões sócio-econômicos dos países desenvolvidos.

A modernidade, proclamada em diferentes momentos políticos atravessados pelo país, principalmente durante este século, tem sido sempre atrelada à questão da educação, que, em geral, é apontada como pré-condição para a realização da mesma.

Dessa forma, é possível destacar duas formas pelas quais tem-se manifestado o discurso ideológico sobre a educação e os projetos de modernização no Brasil. Por um lado, a educação é ressaltada como fator de promoção do desenvolvimento econômico, incorporando a questão da preparação do trabalhador para o mercado de trabalho. Como exemplo pode ser lembrada a exacerbação desta vinculação nos anos 70, quando os programas educacionais foram atrelados à ideologia do desenvolvimento nacional de acordo com a ótica do Regime Militar.

Por outro lado, é atribuído a ela um poder messiânico - capaz de transformar a sociedade; além de ser considerada meio para a incorporação das massas à vida moderna através da apreensão dos rudimentos da escrita, leitura, cálculo e noções científicas.

No primeiro caso, advogada como condição imprescindível para o desenvolvimento econômico do país, dissimula uma realidade incontestável, qual seja o fato de que o crescimento econômico do Brasil tem-se efetivado, historicamente, independente da resolução de problemas sociais e em específico o da educação das classes populares.

No segundo caso, coloca-se de forma dramática a dupla exclusão a que é submetida a maioria da população: dos frutos da "modernidade" que o país tem incorporado gradativamente e, em especial, nos últimos 20 anos, à medida em que a grande maioria da população permanece à margem do consumo e dos benefícios do desenvolvimento econômico, e, em segundo lugar, a exclusão do próprio sistema educacional, caracterizado pela extrema

* Texto apresentado no Painel: "Demandas Populares por Educação e Projetos de Modernização no Brasil", na 6ª CBE, realizada em São Paulo, de 03 a 06/09/91.

** Professora do Departamento de Ciências da Educação, da Faculdade de Ciências e Letras, da UNESP/Campus de Araraquara.

seletividade que obstaculiza o acesso e permanência das classes populares na escola. O que significa a impossibilidade de usufruir dos benefícios sociais e culturais que a educação oferece.

Neste sentido, as demandas populares por educação têm-se colocado, ao lado de outras demandas da população por saneamento básico, saúde e equipamentos urbanos, como movimento de luta para se incorporarem à modernidade e usufruírem dela. Expressam, além disso, uma outra face da modernidade, qual seja, a proletarização e pauperização crescente das massas, gerada pelo sistema capitalista. No jogo político, estas demandas têm sido importantes como mecanismos de pressão para que os benefícios sociais se ampliem¹.

Esta projeção de uma sociedade moderna, tendo como um dos seus principais alicerces a educação, tem suas raízes históricas no advento da República. Nas primeiras décadas deste século, estas duas questões, modernidade e educação, tornaram-se temáticas cruciais e impregnaram o espírito da época.

Naquele momento, a modernidade significava, no plano político, a consolidação do regime republicano-democrático e, no plano sócio-econômico, a expansão do capital, o crescimento urbano e a industrialização. Compreendia a síntese das transformações que se opunham ao antigo regime e dava o tom ao próprio sentido das mudanças. O sentido da modernidade passava pela incorporação de uma nova concepção de mundo, pelo engendramento de relações sociais e culturais diferenciadas, outras formas de lidar com a política, e implicava em novas formas de relação entre trabalho e capital. Por isso, os projetos de modernização da sociedade brasileira propugnados então pelas elites dirigentes, intelectuais, políticos e educadores, tinham a direção e se confundiam com a própria consolidação do novo regime.

É neste contexto que se compreende a centralidade dada à educação uma vez atribuída a ela a responsabilidade pela formação do cidadão republicano. O termo educação era usado de tal forma que se confundia e muitas vezes substituída a própria idéia de escolarização. A educação republicana elegeu a escola como a instituição fundamental onde ela se concretizaria.

Ao se falar em educação popular, educação do povo, fazia-se referência ao ensino primário, o mínimo - na perspectiva liberal democrática - que deveria ser universalizado. Decorre, portanto, o entendimento da escola primária como sendo o tipo de escola destinada ao povo por excelência.

1. Sobre movimentos sociais e educação, veja: CAMPOS, M.M. *Escola e participação popular: a luta por educação em dois bairros de São Paulo*. (Tese de Doutorado), São Paulo, USP, 1985; CAMPOS, Rogério C. *A luta dos trabalhadores pela escola*. São Paulo, Loyola, 1989; GOHN, Maria da Glória M. Movimentos sociais, cidadania e educação. *Educação Municipal*. 2(5):47-55, nov. 89; SPOSITO, Leonor M. *O povo vai à escola*. São Paulo, Loyola, 1984.

Mais que um direito do cidadão, a educação passou a ser entendida e propagandeada como uma necessidade e, sobretudo, como um dever de cada homem do povo, pois ela significava o credenciamento para a participação no regime democrático. Por sua vez, face à soberania popular, para o Estado ela se configurava como um interesse em decorrência do qual sobressaía o rigoroso dever deste em promovê-la. Por isso, neste momento, a preocupação central recaía sobre a educação cívica e a educação moral para a elevação do caráter.

Outro aspecto político, pertinente à consolidação da nova ordem, dizia respeito ao papel da educação no projeto de homogeneização da sociedade brasileira. Significava tanto a integração do imigrante quanto o controle e disciplinarização da classe trabalhadora com vista a minimizar os conflitos sociais (capital X trabalho), ou seja, a conformação de todos aos valores, ideais e concepção de mundo consoantes à ordem burguesa².

A elaboração de um universo ideológico em torno da educação³ tratou de apontá-la como locus de equalização social, ou seja, da idéia de que ela era um meio de ascensão social com base no mérito dos indivíduos e como mecanismo de democracia. No âmbito sócio-cultural, o próprio estilo de vida moderna - complexidade da vida urbano industrial - exigia a disseminação da leitura, escrita, cálculo e noções básicas de conhecimentos científicos.

Nas primeiras décadas do século, a educação torna-se alvo de interesse de diferentes setores sociais. Em torno dela é produzido um imaginário que lhe atribui extremo valor social. Facções das próprias elites dirigentes utilizaram-na como instrumento de luta contra a oligarquia. O movimento operário proclamava a sua necessidade para concretização da revolução social. Para o Estado ela significava a consolidação do novo regime. Educadores e reformadores sociais viam nela a possibilidade de regenerar a República e promover a modernização do país. Para a população, um meio de ascensão social e melhoria de vida.

O movimento em defesa da educação popular no início do século fez com que a escola passasse a fazer parte, concretamente, do existir das pessoas; mais um elemento a ser considerado no modo de viver nesta sociedade. Passar ou não por ela e pelos seus diferentes graus revestiu-se de

2. Sobre os dispositivos de controle, ordenação, regulação e produção do cotidiano das populações pobres em São Paulo, veja: RAGO, M. *Do cabaré ao lar*. - a utopia da cidade disciplinar (1890-1930), 2 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987; DECCA, Maria G. *A vida fora das fábricas - cotidiano operário em São Paulo - 1920-1934*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987; MONARCHA, C. *A reinvenção da cidade e da multidão* - dimensões da modernidade brasileira: a escola nova. São Paulo, Cortez, 1989.

3. Para uma análise aprofundada da noção ideológica de educação no período da Primeira República, veja: NORONHA, Olinda M. *A constituição da classe trabalhadora na Primeira República 1889 - 1930*: a produção da noção ideológica de trabalho e educação. Relatório de Pesquisa apresentado ao MEC/INEP, 1989.

significações e representações variadas atinentes às necessidades sociais da população, aos valores, às aspirações e projetos de vida; a uma determinada forma pela qual as pessoas passaram a se ver na sociedade e a viver nela.

Ao se conceber a educação - a escola - como sendo uma das instituições fundamentais da vida moderna e ao mesmo tempo como fator determinante do processo de modernização do país, ficava implícita a idéia de que tal processo dependia da universalização do ensino e que ela fosse efetiva para o conjunto da população brasileira. Isto significava dizer que o projeto de modernização republicano, com base nos ideais liberais, pressupunha a incorporação da população tanto na política quanto no conjunto das transformações/benefícios sociais, econômicos e culturais. No entanto, para as classes hegemônicas, o universo social preconizado era o de uma democracia discricionária e uma cidadania abstrata. A modernidade aspirada fundava-se em um projeto de sociedade autoritário e conservador; a exclusão permaneceu sendo a condição de existência imposta à maioria das classes populares - exclusão política, social e cultural.

Assim se compreendem as demandas populares pela educação no Estado de São Paulo, neste período, cuja contrapartida é o próprio atendimento do Estado à educação popular.

No início do século, os Governos do Estado de São Paulo empreenderam políticas de educação popular visando, sobretudo, à expansão quantitativa do número de escolas e ampliação do número de vagas e de matrículas. No entanto, a expansão, ainda que em números consideráveis, manteve-se sempre muito inferior às necessidades da população. A falta de vagas nas escolas públicas configurava-se como um dos maiores problemas do ensino na época. As dificuldades de acesso somavam-se à impossibilidade da permanência advinda da extrema seletividade do ensino público. Embora nos discursos os Governos tenham continuamente reafirmado o compromisso com a democratização do ensino, concretamente o atendimento por parte do Estado caracterizou-se pela adoção de medidas que buscavam a execução de uma política social de baixos custos e de resultados rápidos, prevalecendo, sempre, a falta de recursos financeiros.

Ao contrário do que é afirmado por alguns autores como Beisiegel (1974), Romanelli (1987), Costa (1983), a pesquisa realizada pela autora⁴ revela que era grande o interesse do povo pela escola e que as classes populares lutaram por educação de diferentes formas, sendo uma delas as demandas direcionadas aos poderes públicos.

A demanda nasce da falta de algo sentido como uma carência, uma necessidade. Conforme Agnes Heller (1985), somente é possível sentir

4. Veja SOUZA, Rosa Fátima de. *Classes populares e educação popular na Primeira República - problemas, valores e lutas*. Campinas, UNICAMP, 1991. (Tese de Mestrado).

carência de algo já produzido ou ao menos possível de o ser e o que leva as pessoas a sentirem algo como uma necessidade é uma motivação de natureza valorativa. Era exatamente isto o que acontecia com as classes populares em relação à educação escolar no início do século. A expansão do ensino estava ocorrendo de forma gradual, ou seja, havia possibilidades de acesso, ainda que pequena. Ao mesmo tempo, crescia a valorização social da escola compartilhada por toda a sociedade, o que reforçava nestas classes a percepção da necessidade da educação. Não existindo escolas para todos, embora isto fosse colocado como um direito, as classes populares foram impelidas a demandarem educação buscando ampliar os seus direitos. No jogo político estas demandas desempenharam um papel importante, tornando-se a referência direcionadora de muitas ações do Governo, mesmo que de forma indireta.

A demanda repercutia como forma de pressão aos poderes públicos. Denotava explicitamente a discrepância entre os projetos (compromissos) assumidos pelo Estado e suas ações. No entanto, a ressonância desta "procura pela vaga" foi em grande medida canalizada pela interferência da política local, que tornou-se a grande mediadora entre as reivindicações populares pela educação e o Estado.

A prática do clientelismo político característica da cultura política neste período, institucionalizava, de certa forma, a percepção de que a educação, sendo dever do Estado, deveria ser negociada no âmbito das elites no poder. Isto era ainda mais concretizável pelo fato de a sociedade civil encontrar-se pouco organizada e também pelo fato de o regime oligárquico não oferecer canais de participação popular.

Mais uma vez, contrariando afirmações instituídas na historiografia da educação brasileira, pode-se dizer que a demanda era grande não apenas nos centros urbanos, mas também na zona rural. Os estudos de Demartini⁵ demonstram que o interesse pela escola era generalizado entre fazendeiros, sítiantes e colonos, nas vilas e pequenas cidades. A autora mostra, através de entrevistas realizadas com professores que lecionaram na zona rural durante a Primeira República, que o interesse da população pela escola prendia-se a motivos ligados à resolução de problemas mais imediatos e à crença de que a escolarização pudesse propiciar melhoria das condições de vida.

Além disso, para o fazendeiro a escola era importante para atrair o interesse do colono pela fazenda, dando a ela a aparência de um lugar muito

5. Ver de DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri. *Observações sobre um tema controverso: população rural e educação em São Paulo*. São Paulo, USP, 1979, (Tese de Doutorado); *Velhos mestres das novas escolas - um estudo das memórias dos professores da Primeira República em São Paulo*. CERU/INEP, 1984, Relatório de Pesquisa. Também: *Cidadãos analfabetos: propostas e realidade do ensino rural em São Paulo na Primeira República*. In: *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, (71):5-19, nov. 1989; *Coronelismo e a educação na Primeira República*. *Educação & Sociedade*, (34):44-74, dez. 1989.

civilizado. Esta idéia de "lugar civilizado" denota a relevância sócio-cultural da escola no meio popular.

Demonstra como era forte a interferência do chefe político no campo, principalmente na nomeação de professores. A política local muito contribuiu para a expansão do ensino, na medida em que o chefe político, face às reivindicações pela escola, empenhava-se em criá-las e, dessa forma, em contrapartida, obtinha o apoio eleitoral da população.

Solicitações da população por escola, encaminhadas aos poderes públicos ou publicadas em jornais, também corroboram a evidência das demandas populares pela escola na zona rural. (Demartini, 1989; Costa, 1983).

Os números da expansão do ensino são, por sua vez, reveladores. A obrigatoriedade escolar nunca foi levada a efeito, porque a incapacidade do Estado em oferecer escolas em número e condições adequadas para todos e a própria procura da população pela escola transgredia o preceito legal.

Outra expressão da luta das classes populares pela educação neste período pode ser percebida pelas iniciativas próprias empreendidas pela população no sentido de obter instrução para seus filhos. Além das escolas mantidas pelo movimento operário, existiram inúmeras escolas estrangeiras que proliferaram nos núcleos coloniais e centros urbanos; além dessas existiram inúmeras escolas particulares que atendiam filhos de trabalhadores, e muitos professores abriam escolas para complementar os seus parcos ganhos.⁶

A concorrência pela vaga configurava-se nas filas a que se submetiam os pais para matricularem seus filhos, lista de espera, sorteio, a solicitação feita a um político para interceder junto ao diretor da escola para a concessão de uma vaga; abaixo-assinados, petições e solicitações encaminhadas aos poderes públicos locais.

Também as iniciativas e os projetos de educação popular empreendidos pelas diferentes correntes do movimento operário da época - socialistas, anarquistas e comunistas - devem ser ressaltados como expressões relevantes das demandas e lutas populares pela educação na Primeira República.

Além de reivindicações e projetos, o que se destaca na posição do movimento operário foram as efetivas ações desenvolvidas pelos próprios trabalhadores no sentido de promoverem a sua auto-instrução e a instrução de seus filhos. Inúmeras escolas operárias, bibliotecas populares, Centros de Estudos Sociais e Escolas Modernas foram criadas nas mais diferentes regiões do país.

6. Evidências que exemplificam esta afirmação encontram-se em SOUZA, Rosa F. *Op. cit.*

A variedade de mecanismos criados para desenvolver atividades educativas demonstra não somente a importância atribuída à educação, mas também a fecundidade da ação política empreendida pelos operários, nesse momento em que estavam se constituindo em classe e sob constante ameaça da repressão policial⁷.

A simples idéia de educação popular, entendida como educação para todos, inserida nos princípios republicanos, significou uma medida democrática de ganhos sociais irrefutáveis. Porque se colocava como direito do conjunto da população algo que vinha sendo historicamente privilégio de apenas uma classe social. No entanto, a própria concepção de educação popular trazia intrínseco o caráter de classe que a educação continuaria a ter no país.

De qualquer forma, para as classes populares vislumbrava-se um horizonte de possibilidades ampliado pela disseminação da noção ideológica de educação e pelos dados comprovados pela experiência. Embora não fosse o único critério, a educação oferecia, nas primeiras décadas do século, possibilidades reais, ainda que limitadas, de ascensão social. Possibilitava o exercício de atividades de maior prestígio, de caráter não-manual, como: serviços públicos, trabalho em escritório, carreiras políticas e liberais. A importância da educação para as classes populares pode ser compreendida neste universo das representações e das necessidades impostas pelo trabalho e pela vida em sociedade.

Os rudimentos da leitura, escrita e cálculo tornavam-se cada vez mais imprescindíveis para a participação política, econômica e social. Os valores e significações em torno da educação eram valores socialmente compartilhados. Para as classes populares poderiam estar articulados com o projeto de melhoria de vida que poderia referir-se tanto à aspiração por ascensão social quanto às estratégias para sair da situação de miserabilidade em que viviam, do estigma criado em torno do homem analfabeto; pelas necessidades de buscar condições mais favoráveis de vida, inserir e participar de uma sociedade mais moderna e letrada, o que implicava na apropriação de experiências sociais, culturais e intelectuais específicas, possibilitadas pela escola.

Há de se considerar ainda que mesmo a educação popular atendia a um pequeno número de pessoas, entendendo-se porque, entre as classes populares era dada distinção aos que tinham algum estudo e dispensava-se consideração acentuada àqueles que alcançavam concluir o curso primário.

7. Estudos sobre educação e movimento operário, ver: GUIRALDELLI, P. *Educação e movimento operário*. São Paulo, Cortez, 1987; MAZZOTTI, Tarso B. *Educação popular segundo os sindicalistas revolucionários e os comunistas na Primeira República*. USP, São Carlos, 1984, (Tese de Doutorado); JOMINI, R. N. *Uma escola para a solidariedade: contribuição ao estudo das concepções e realizações educacionais dos anarquistas na República Velha*. Campinas, UNICAMP, 1989.

Por tudo isso explicam-se as demandas populares por educação, no Estado de São Paulo, no início do século. Demanda intrinsecamente vinculada à oferta e explicitada de diversas formas: na procura pela vaga nas escolas públicas, pela apropriação de todas as oportunidades de escolarização voltadas para a educação popular, no pagamento de escolas particulares; também nas solicitações encaminhadas diretamente aos poderes públicos ou mediadas pessoalmente pelo político local ou pelo diretório do Partido Político. Luta cotidiana pela educação que se soma às lutas populares por melhores condições de vida e trabalho.

As demandas por educação revelam a face oculta dos projetos de modernização que têm aparecido no Brasil. Elas falam de um povo a quem tudo é negado e que luta cotidianamente para se integrar nesta sociedade. Revelar hoje que ela tenha existido no momento mesmo em que se iniciou o processo de expansão do ensino primário público no país, no início do século, é comprovar que a luta das classes populares pela educação não é um fenômeno recente, mas é centenário (e quiçá anterior), que pode ser entendida como uma luta pela democracia, pelo acesso à cultura e pela participação popular; o que não deixa de ser, de certa forma, uma luta do povo pela modernização da sociedade brasileira, a qual deve ser entendida não somente na perspectiva do crescimento econômico, mas, principalmente, na dimensão dos ganhos de cidadania, ou seja, pela garantia efetiva dos direitos sociais estendidos à maioria da população do país.

BIBLIOGRAFIA

- ANTUNHA, Heládio. *A instrução pública no Estado de São Paulo - a Reforma de 1920*. São Paulo, EDUCP, 1976.
- COSTA, Ana M. *A escola na República Velha*. São Paulo, EDEC, 1983.
- HELLER, Agnes. *O cotidiano e a História*. 2 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.
- NAGLE, Jorge. *Educação e sociedade na Primeira República*. Araraquara, 1966. (Tese de Livre Docência).
- NUNES, Edison. "Carências urbanas, reivindicações sociais e valores democráticos". *Lua Nova*, (12), jun. 1989.
- PAIVA, Vanilda. *Educação popular e educação de adultos*. São Paulo, Loyola, 1987.
- REIS FILHO, Casemiro dos. *A educação e a ilusão liberal*. São Paulo, Cortez, 1981.
- SPOSITO, M. *O povo vai à escola*. São Paulo, Loyola, 1984.